



“Eu quero um amor”: violência no namoro e medida socioeducativa

“I want love”: violence in dating and socio-educative confinement

“Quiero un amor”: violencia en relación amorosa y encarcelamiento socioeducativo

William Gualberto Gonçalves de Souza

Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal e Universidade de Brasília,
Brasília, DF, Brasil

Silvia Renata Magalhães Lordello

Sheila Giardini Murta

Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Resumo

A presente pesquisa teve por objetivo compreender como se manifesta a violência em relacionamentos amorosos de adolescentes do sexo feminino no contexto de internação socioeducativa. A pesquisa foi realizada tendo a inserção ecológica como método. O pesquisador realizou 32 visitas a uma unidade de internação mista, com média de 3h por visita. Considerou-se participante da pesquisa 25 pessoas (14 adolescentes e 11 servidoras). Os dados foram analisados por meio da análise temática e apontaram para a presença da violência em relacionamentos amorosos das adolescentes, tanto atuais como pregressos. A violência cumpre várias funções no relacionamento amoroso e afeta o desenvolvimento de competências psicossociais. A unidade não dispunha de intervenção que abordasse prevenção à violência no namoro, apesar de relacionamentos amorosos aparecerem como um componente do projeto de vida. É fundamental a compreensão das múltiplas violências às quais o público feminino está submetido para qualificação do atendimento socioeducativo.

Palavras-chave: Socioeducação; Violência No Namoro; Ato Infracional; Inserção Ecológica.

Resumen

La presente investigación tuvo como objetivo entender como se manifiesta la violencia en relaciones románticas de las adolescentes en el contexto de lo encarcelamiento socioeducativo. La investigación se realizó utilizando inserción ecológica como método. El investigador realizó 32 visitas a una unidad mixta de detención, con un promedio de 3 horas por visita. Se consideró participante del estudio a 25 personas (14 adolescentes y 11 sirvientes). Los datos se analizaron mediante análisis temático y señalaron la presencia de violencia en las relaciones sentimentales, tanto actuales como pasadas. La violencia cumple varias funciones en la relación sentimental y afecta el desarrollo de habilidades psicossociales. La unidad no contó con intervención que

abordara la prevención de la violencia en el noviazgo, aunque las relaciones amorosas aparecen como un componente del proyecto de vida. Comprender la violencia múltiple a la que está sometido el público femenino es fundamental para calificar la asistencia socioeducativa.

Palavras chave: Socioeducación; Violencia En La Relación; Infracción; Inserción Ecológica.

Abstract

The present article aims to comprehend how is manifested the violence in amorous relationships of female adolescents in the context of socio-educative confinement. The research was carried out with the use of ecological insertion as a method. The researcher undertook 32 visits to the facility, with an average of 3 hours per visit. Were considered as participants in the research 25 people (14 adolescents and 11 servants). The data were analyzed through thematic analysis and point to the presence of violence in both current and previous amorous relationships. Violence fulfills several functions in the relationship and affects the development of psychosocial skills. The facility did not have intervention that approached prevention to violence in dating, although amorous relationships appear as a component to the project of life. These can contribute to the visibility of the female public that fulfills socio-educative confinement and to the qualification of the care provided.

Palavras-chave: Social-Education; Violence In Dating; Infracrational Act; Ecological Insertion.

Introdução

Ato infracional é a conduta tipificável como crime ou contravenção penal cometido por adolescente e que pode ter como consequência um processo de responsabilização em medida socioeducativa (Brasil, 1990). O último levantamento a respeito das medidas socioeducativas informou a existência de aproximadamente 140.000 adolescentes em processo de apuração ou em responsabilização pelo cometimento de ato

infracional (Brasil, 2019). O público feminino corresponde a cerca de 10% desse total e carrega diversas especificidades, dentre elas, a violência em relacionamento amoroso figurar como fator de risco para o cometimento de infrações (Javdani, Sadeh, & Verona, 2011). As pesquisas têm apontado, ainda, a precariedade do atendimento socioeducativo, em especial na Internação, por questões arquitetônicas e pedagógicas, com destaque à preponderância do viés punitivo na rotina

institucional e a não garantia de direitos (Coscioni, Costa, Ros, & Koller, 2017; Diniz, 2017; Neto, Constantino, & Assis, 2017).

A violência no namoro é um fenômeno de alta prevalência e que se materializa frequentemente de modo bidirecional (Oliveira, Assis, Njaine, & Oliveira, 2011). A alta tolerância da cultura brasileira à violência seria um fator que dificulta a visibilização desse fenômeno e contribui para sua manutenção (Murta, Santos, Martins, & Oliveira, 2013). Em relacionamentos amorosos, agressões de natureza psicológica são expressões da violência mais frequentes (Oliveira, Assis, Njaine, & Pires, 2014), sendo que a presença de ameaça é um marcador importante, pois seria o ponto de transição entre a agressão psicológica e física (McClure & Parmenter, 2017). Os estudos que se dedicam a compreender a violência no namoro destacam que ter sido vítima ou presenciado violência na infância (em

especial no âmbito familiar) demonstra ser um fator importante no processo de reprodução da violência nos relacionamentos amorosos (Jennings, et al., 2017; McClure & Parmenter, 2017; Oliveira et al., 2014).

A vitimização por violência do parceiro amoroso apresenta como consequência a reprodução dos comportamentos agressivos não somente no âmbito relacional, mas também em outros contextos (Javdani, Sadeh, & Verona, 2011; Herrera, Wiersma, & Cleveland, 2010). A perpetração de violência pelo parceiro, ademais, figura como um preditor para a reiteração em cometimento de atos infracionais para adolescentes do sexo feminino, diferente de adolescentes do sexo masculino, cujo principal preditor é o próprio envolvimento pregresso (Herrera, Wiersma, & Cleveland, 2010). Além disso, adolescentes do sexo feminino com histórico de vitimização em relacionamento amoroso tendem a apresentar mais queixas

de saúde mental e de ideação suicida quando no cumprimento de medida judicial com restrição de liberdade (Buttar, Clements-Nolle, Haas, & Reese, 2013).

As pesquisas que se dedicam a compreender a violência no namoro para a realidade socioeducativa brasileira são ainda em pequeno número, se desenvolveram a partir do público masculino e dimensionam sua natureza cultural e simbólica (Costa, Tavares, Vieira, & Silva, 2015; Costa & Costa, 2015). A objetificação feminina e a repetição transgeracional de papéis tradicionais de gênero figuram como fatores de risco para a perpetração de violência e manutenção de estereótipos limitantes ao desenvolvimento feminino (Costa & Costa, 2015). O vínculo afetivo entre o casal, entretanto, é salientado como uma importante dimensão para suporte no período de cumprimento da medida socioeducativa, para a desistência da trajetória infracional e para a qualidade da relação (Costa et al., 2015).

A Teoria Bioecológica Do Desenvolvimento Humano

A lente teórica interpretativa utilizada para o presente estudo foi a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH). A TBDH tem sido utilizada como referencial teórico em diversos estudos, apresentando recursos conceituais para auxiliar na compreensão de fenômenos complexos, tais como: violência no namoro, prevenção e promoção em saúde mental, desenvolvimento humano no contexto de medida socioeducativa, entre outros (Borges & Barletta, 2015; Coscioni, Nascimento, Rosa, & Koller, 2018; Lordello & Costa, 2015). A TBDH considera quatro elementos chave: Pessoa, Processo, Contexto e Tempo.

Para a TBDH, o motor do desenvolvimento é o Processo Proximal (PP), compreendido como decorrente de interações de natureza mútua, em que o

sujeito é ativo na relação, modificando o ambiente e sendo modificado por ele. Para que os PPs ocorram, são requeridas algumas condições, como: engajamento, reciprocidade, aumento gradativo de complexidade das tarefas, regularidade no tempo e que as atividades sejam mediadas por objetos e símbolos. Os PPs podem ter como resultado efeitos de competência ou de disfunção (Bronfenbrenner & Morris, 2006; Bronfenbrenner & Ceci, 1994) e sempre serão decorrentes da interação sinérgica da pessoa com os ambientes nos quais se insere ao longo do tempo.

A TBDH propõe a existência de três níveis de características da Pessoa que influenciam os processos proximais e, ao mesmo tempo, são resultados destes: forças, recursos e demandas (Bronfenbrenner & Morris, 2006). As forças se exprimiriam por uma disposição ativa de engajamento em processos proximais, podendo ser caracterizadas como generativas (por exemplo: assertividade) ou disruptivas (por

exemplo: impulsividade). Os recursos seriam características biopsicológicas que auxiliam no ajuste a determinado contexto. As demandas se configurariam como habilidades ou características da pessoa que mobilizam ou não o ambiente social.

Em relação ao Contexto, os aspectos culturais, políticos, ideológicos mais abrangentes de uma sociedade formam o macrosistema. Os espaços nos quais um indivíduo não participa diretamente, mas que têm influência sobre seu desenvolvimento, formam o exossistema. O mesossistema é constituído pela interação entre as instituições e sistemas nos quais uma pessoa participa ativamente. Por fim, o microsistema seria o lócus primordial para os processos proximais, isto é, para o estabelecimento de relações face a face que promovem o desenvolvimento (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

O Tempo é o último elemento explicativo da TBDH, formando o cronossistema. Paralelo ao modelo do

contexto, o tempo é avaliado em micro-, meso- e macrotempo. O primeiro refere-se ao tempo no processo proximal, haja vista que este exige uma base regular para que possa produzir seus efeitos de mudança. O mesotempo corresponderia a periodicidades, tais como ocorrências semanais ou mensais. Já o macrotempo constitui-se em processos que ocorrem em um período maior de tempo, tais como transições geracionais (Bronfenbrenner & Morris, 2006). O presente estudo, portanto, busca compreender como se manifesta a violência em relacionamentos amorosos de adolescentes meninas no contexto de internação socioeducativa à luz da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. Espera-se que este estudo possa avançar a compreensão deste fenômeno no contexto brasileiro para além dos achados já existentes relativos ao gênero masculino.

Método

Delineamento

O presente estudo se desenvolveu dentro da perspectiva qualitativa. O método utilizado foi a inserção ecológica, etnometodologia destinada ao estudo sistêmico e contextual do desenvolvimento humano a partir da lente teórica da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano - TBDH (Cecconelo, Koller & Raffaelli, 2016; Tudge, 2016).

Contexto

A Internação em estabelecimento educacional trata-se da medida socioeducativa mais gravosa, comportando privação de liberdade (Brasil, 1990). A aplicação da medida de internação está prevista para: a) atos infracionais que se caracterizem pelo emprego de grave ameaça ou violência à pessoa; b) reiteração de cometimento de atos infracionais graves; c) ou descumprimento reiterado e injustificado de medida anteriormente aplicada (Brasil, 1990). A internação deve ser cumprida em um estabelecimento

educacional que garanta direitos fundamentais da adolescente e sua integração social, ao mesmo tempo em que cumpre a função de responsabilização pelas consequências lesivas do ato infracional e a desaprovação social da conduta infracional (Brasil, 2012).

A unidade de internação em que o estudo foi conduzido atende adolescentes de ambos os sexos, destinando 5 Módulos para o acolhimento masculino (cerca de 100 vagas) e 2 módulos para acolhimento feminino (um destinado à Internação Provisória – período de apuração de responsabilidade pelo ato infracional em suspeição; e um para Internação Estrita – medida de responsabilização, cada módulo com 20 vagas). Um módulo de convivência é composto por 10 quartos. Os quartos têm portas feitas em metal e uma estrutura gradeada na sua parte superior. O corredor desemboca no pátio interno que tem cerca de 18m², equipado com 3 mesas e vários bancos de concreto. Contíguo ao pátio está

a sala de atendimento técnico (equipe formada por psicóloga, assistente social e pedagoga) e a área de observação das agentes socioeducativas. O pátio externo tem cerca de 30 m², é coberto por telhas até a metade e o restante é coberto por treliça metálica. A Unidade foi inaugurada há menos de 10 anos e toda a estrutura é cercada por muros de 5m de altura com arame farpado no topo.

Participantes

Considerou-se participante da pesquisa as pessoas com quem o pesquisador manteve contato regular. A amostra da pesquisa foi composta por 25 pessoas, dentre elas 14 socioeducandas (11 menores de idade e 3 maiores de idade) e 11 servidoras - das quais 4 prestavam atendimento sociopsicopedagógico (equipe técnica) e 7 compunham a equipe de agentes socioeducativas. Durante a realização da pesquisa, a maioria das

adolescentes tinha entre 15 e 17 anos e estavam em condição de restrição da liberdade há menos de um ano. O pesquisador-participante é servidor do sistema socioeducativo, já atuou na unidade em que a pesquisa foi realizada. A atividade profissional se deu no âmbito do atendimento direto (2014, por seis meses) e na gestão de uma equipe técnica (2015, por um ano e seis meses). O interesse pelo tema de pesquisa foi se concretizando pela prática profissional com adolescentes que relatavam a vitimização por violência no relacionamento amoroso.

Procedimentos

A inserção ecológica desenvolveu-se de 15 de julho a 4 dezembro de 2019, período em que foram realizadas 32 visitas à Unidade, com duração média de 3h. As visitas ocorriam preferencialmente no mesmo plantão da equipe de segurança. A preferência a um plantão específico para

realização das visitas teve por objetivo aumentar a confiança da equipe no pesquisador, com vistas a validar ecologicamente os registros e as percepções registradas no diário de campo.

A primeira fase da inserção ecológica destinou-se à aproximação institucional, com a apresentação da pesquisa e do pesquisador aos diversos setores da unidade de internação. Nessa fase, também se realizou leitura de 18 prontuários para familiarização com os casos. Após isto, enfatizou-se o contato com servidores e a observação de atividades das adolescentes. A fase final correspondeu ao período de convivência dentro da instituição com as adolescentes, a qual ocorreu predominantemente no período conhecido como “banho de sol” – período livre de atividades no qual elas permanecem no pátio interno ou pátio externo conversando entre si. O *corpus* final de pesquisa foi composto pelos seguintes elementos: a) dados da observação das

atividades das adolescentes (nos cursos, oficinas, escola); b) registros das conversas no banho de sol das adolescentes e c) cartas de adolescentes.

Os prontuários são arquivos das comunicações entre a unidade e a rede, principalmente com as instâncias do poder judiciário. Neles, constam: Planos Individuais de Atendimento (PIA), Relatórios Avaliativos e Informativos e ofícios. O PIA trata-se de um documento de pactuação de metas e objetivos a serem alcançados pela adolescente, os Relatórios Avaliativos comunicam as evoluções apresentadas durante o cumprimento da medida, principalmente enfocando as metas e objetivos pactuados no PIA. Os Relatórios Informativos são documentos de conteúdo variado, porém têm por objetivo participar ao judiciário alguma peculiaridade ou eventualidade do caso.

Os registros da observação das atividades foram realizados em diário de campo, que continha data/ período de

observação/ descrição das atividades em redação manual. As cartas, por sua vez, são o veículo de comunicação principal entre adolescentes de diferentes módulos. A troca de cartas dentro da unidade é proibida, em virtude de poder ser uma forma de estruturar planos de fuga ou de violência contra outro adolescente que possam implicar para a segurança institucional, de acordo com as profissionais. As adolescentes, entretanto, criam seus mecanismos para recebê-las e armazená-las em seus quartos. Algumas vezes, a carta é interceptada pela equipe de atendimento e fica armazenada. Durante a fase final da pesquisa, momento em que havia maior nível de confiança entre as participantes da pesquisa e o pesquisador, as adolescentes apresentavam algumas de suas cartas e também servidores mostravam algumas das que estavam arquivadas.

No período de banho de sol, o pesquisador informou sobre o tema da pesquisa e estabeleceu conversas pontuais a

esse respeito com as adolescentes que se aproximavam. Quatro das 18 não demonstraram interesse na pesquisa; essas adolescentes não foram consideradas participantes, respeitando-se sua voluntariedade. Progressivamente, as participantes passaram a buscar ativamente o pesquisador e aprofundar suas opiniões e relatos das suas experiências em relacionamentos amorosos. O contato com os servidores tinha por objetivo ampliar e/ou validar as impressões do pesquisador a respeito do contexto.

A inserção ecológica, como método de pesquisa, requer o cumprimento de 5 condições, quais sejam: 1) o engajamento do participante e pesquisador nas atividades propostas; 2) regularidade no tempo de presença do pesquisador no campo; 3) atividades da pesquisa progressivamente mais complexas; 4) relações pesquisador-participantes perpassadas pela reciprocidade; e 5) os temas abordados devem estimular atenção, exploração,

manipulação e imaginação por parte dos participantes da pesquisa (Cecconelo, Koller, & Raffaelli, 2016). Avalia-se que os critérios do método foram cumpridos.

Instrumentos

Os dados coletados foram registrados em diário de campo após cada uma das visitas (em um período não superior a 24 horas) (Morais, Borba, & Koller, 2016). Registraram-se tanto os fatos ocorridos dentro da vida institucional quanto às interpretações dadas a eles por adolescentes e profissionais, bem como as impressões do pesquisador e os afetos suscitados.

Análise De Dados

O *corpus* de dados passou por análise temática (Braun & Clarke, 2006), sendo que o tratamento das informações seguiu as 6 fases indicadas: familiarização

com os dados por meio de várias leituras; construção de indicadores iniciais; busca pela estruturação de temas a partir das relações existentes entre indicadores; revisão da pertinência e adequação dos temas; definição de temas/categorias analíticas e sua nomeação; e estruturação e escrita dos resultados da pesquisa. No processo de categorização, surgiram três categorias temáticas: 1- *Fatores de risco à vitimização por violência no namoro prévios à vinculação a medida socioeducativa*; 2- *A violência em relacionamentos amorosos durante a medida socioeducativa*; e 3- *Potencialidades e desafios ao atendimento socioeducativo*. Os trechos entre aspas (“ ”) correspondem a registros *ipsis literis* de uma interlocutora ou excerto de carta.

Aspectos Éticos

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências

Humanas e Sociais da Universidade de Brasília (CEP/CHS – UnB, CAAE: 08915218.1.0000.5540). As participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE ou o Termo de Assentimento - TA. Assegurou-se a participação voluntária e a possibilidade de desistência sem prejuízo. A pesquisa foi autorizada pela Vara de Execução responsável e pela Subsecretaria do Sistema Socioeducativo, ambas responsáveis pelas adolescentes inseridas no contexto de internação.

Resultados e Discussão

Fatores de Risco à Vitimização por Violência no Namoro Prévios à Vinculação a Medida Socioeducativa

Os dados a respeito de características da família e da vida da adolescente antes da determinação da medida socioeducativa são apresentados na

“Tabela 1: Características da família e da vida das adolescentes antes da determinação da medida socioeducativa de internação” e foram colhidos nos prontuários das adolescentes.

Tabela 1:

Características Da Família E Da Vida Da Adolescente Antes Da Determinação Da Medida Socioeducativa De Internação

Questão	Sim	Não	S.I.	Total
A família vivia em condição de vulnerabilidade social?	10	4	4	18
Existe histórico de violência doméstica?	4	13	1	18
A família era assistida por programa sócio-assistencial?	7	10	1	18
A família era assistida por programa da Política de Saúde?	6	11	1	18
A adolescente estava matriculada antes do ato infracional?	5	12	1	18
A adolescente estava frequentando escola antes do cometimento do ato infracional?	2	15	1	18
A adolescente tem histórico de reprovação escolar?	17	1	0	18
A adolescente fazia atividade no contraturno escolar?	2	16	0	18
A adolescente fazia uso de drogas antes do cumprimento da Medida Socioeducativa?	18	0	0	18

Conforme observado na Tabela 1, as adolescentes, em sua maioria, são provenientes de famílias que vivem em condição de vulnerabilidade social, porém, não estão vinculadas às Políticas Públicas de proteção social. Vulnerabilidade social pode ser entendida como um fenômeno multidimensional em que grupos populacionais experimentam adversidades, sem que disponham de recursos simbólicos

e materiais para a superação dessas (Scott, Prola, Siqueira, & Pereira, 2018). O perfil apresentado pelos dados tem sido reiteradamente descrito pela literatura brasileira (Assis & Constantino, 2001; Coscioni, Costa, Ros, & Koller, 2017; Diniz, 2017). A condição de pobreza associada a não garantia de direitos, portanto, cria uma condição de insegurança que afeta à saúde social das famílias.

Destaca-se também que não foi possível perceber nos documentos técnicos a atenção à violência em relacionamento íntimo e a proposição de estratégias de enfrentamento para sua superação, seja no âmbito da política pública de socioeducação ou em outra política pública.

No processo de desenvolvimento da inserção ecológica, a história de vitimização em relacionamento íntimo foi frequente. Perceberam-se duas trajetórias diferentes no que tange ao relacionamento amoroso, na qual a diferença de idade entre a adolescente e seu namorado foi um importante marcador. As histórias que ocorrem entre adolescentes da mesma faixa etária são caracterizadas por uma base comunitária: o casal se conhece na “quebrada” (região de moradia e da rede de vínculos). Essas relações são menos assimétricas e estão associadas a “fazer o corre juntos”, isto é, ao cometimento de atos infracionais. As narrativas de violência a respeito desse relacionamento se

configuravam como majoritariamente verbais e mútuas, o que também é observado na população que não está em cumprimento de medida socioeducativa (Oliveira et al., 2014).

Relações com diferença etária (geralmente o homem é entre 8 e 12 mais velho) são perpassadas pela percepção de poder do companheiro (expresso pela violência física ou psicológica e também pelos recursos financeiros dele). Essas relações conjugam um maior nível de objetificação feminina e também relatos de violência física mais frequente (puxões, socos, tapas, entre outros). O poder masculino percebido embasou relatos perpassados pela percepção de defectividade da adolescente do tipo “não sei como eu fiquei com ele, ele podia ter qualquer mulher”. Muitas vezes estas relações iniciavam-se quando a adolescente ainda não tinha alcançado os 14 anos, o que configura estupro de vulnerável praticado pelo namorado, conforme Súmula 593 do

Superior Tribunal de Justiça. Salienta-se que o fato de eles estabelecerem um relacionamento amoroso não modifica a desigualdade da relação que ocasiona risco à adolescente devido a estarem em fases desenvolvimentais diferentes. Nesse sentido, destaca-se o abuso sexual ser um crime cuja ocorrência muitas vezes não é percebida pela permissividade cultural.

As adolescentes relataram que a condição de namoro dura pouco, geralmente, elas "se casam" (coabitar) cerca de três meses após os primeiros contatos. Quando ambos são menores de idade, residem com algum dos genitores (o que é avaliado como um fator protetivo à ascendência da violência no relacionamento, pois os pais tendiam a supervisionar o relacionamento, segundo as adolescentes). Os primeiros meses de relacionamento (geralmente os quatro primeiros) são marcados pela percepção da adolescente de que o companheiro está desempenhando um papel protetivo. Eles

geralmente as proibiam de usar drogas e de "fazer o corre". Os ciúmes e a possessividade seriam a justificativa para o controle das roupas e do acesso a redes sociais, após a fase inicial do relacionamento. Caso a união não se encerre, de acordo com as adolescentes, agressões físicas eram utilizadas para mantê-las sob controle.

Poucos foram os relatos a respeito de uma relação amorosa na qual não ocorresse vitimização por algum tipo de violência. Os relatos deste tipo estiveram relacionados à capacidade de imposição **de limites por parte** da adolescente e, não necessariamente, ao relacionamento ser harmonioso. Elas relatavam que "homem nenhum é doido de me agredir (ou bater)". Somente uma adolescente afirmou ter experienciado uma relação íntima harmoniosa, a qual ela associou à redução de alguns de seus comportamentos de risco (tráfico e uso de drogas). Os dados estão de acordo com índices que apontam a alta

incidência da violência no namoro (Oliveira, Assis, Njaine, & Pires, 2014) e também como o par romântico figura dentro do projeto de vida feminino como um facilitador ou não para outras trajetórias (Barcinski, 2009)

Os relatos sobre o fenômeno da violência dialoga com a TBDH, tendo diversos aspectos contextuais, sejam: macrossistêmicos, como a cultura patriarcal; exossistêmicos, como a dificuldade que aparelhos estatais têm em atender adolescentes do sexo feminino ou mulheres que sofrem violência; mesossistêmicos, como o empobrecimento da rede de suporte social ocasionada pelo controle masculino; e microssistêmicos, como a definição de papéis dentro do relacionamento marcada pela assimetria e pela violência como uma expressão da interação do casal.

*A Violência em Relacionamentos
Amorosos durante a Medida
Socioeducativa*

A maioria dos relacionamentos estabelecidos na unidade em que a pesquisa foi realizada ocorreu entre as próprias adolescentes (de natureza homoafetiva), os quais são avaliados por elas como experimentação decorrente da “carência” de natureza afetiva (palavra utilizada pelas adolescentes) ocasionada pela restrição da liberdade. A partir dos dados coletados durante a pesquisa, percebeu-se que a carência dentro do contexto socioeducativo, para a TBDH, pode ser compreendida como uma força disruptiva que, apesar de promover o engajamento da adolescente em um relacionamento amoroso, não contribui para a formação de competências para manejo desse relacionamento. A carência ainda é um fenômeno associado ao microcontexto de desenvolvimento da unidade de internação, o qual caracteriza-se

como altamente punitivo, fazendo com que o relacionamento amoroso se configure como suporte emocional em um contexto de desamparo. Destaca-se ainda que os relacionamentos homoafetivos em contextos de aprisionamento tendem a reproduzir os padrões de violência observados em relações heterossexuais, sendo que à figura que exerce o papel masculino seria permitida o uso de violência para controle da parceira (Barcinski, 2012). A heteronormatividade também ficou implícita à dificuldade em relatar sobre as experiências homossexuais estabelecidas no contexto da unidade de internação.

Os contatos com a equipe de profissionais propiciados pelo período de inserção ecológica permitiram o acesso a discursos que indicam a preocupação quanto à violência no relacionamento amoroso. Houve menção frequente de que os relacionamentos amorosos são marcados por ciúmes e possessividade, gerando uma

tensão quanto à eclosão de conflitos e agressões dentro da instituição. Vários relatos de violência foram mencionados pelas profissionais, sejam sutis (como o controle da expressão verbal e da alimentação por parte de uma das adolescentes) ou evidentes (como a troca de agressões físicas). A convivência dentro de um mesmo módulo permite que a violência decorrente dos envolvimento homoafetivos seja a mais observável.

Percebe-se que relacionamentos amorosos figuram como possibilidade de manutenção de vínculos que garantam a experiência de segurança emocional (Giordano, 2003), o que, no contexto de restrição de liberdade, ganha maior dimensionamento por conta da vida institucional ser perpassada por muitas privações. Nesse sentido, relacionamentos de alta qualidade podem ser fatores que facilitam o processo de desistência da trajetória infracional (Backman, Laajasalo, Jokela, & Aronen, 2018). Em

relacionamentos amorosos com alta qualidade, em uma visão bioecológica, pode ocorrer a ativação de processos proximais por sua natureza de interação recíproca e progressivamente mais complexa, o que pode favorecer efeitos de competência importantes para o atendimento socioeducativo. Por outro lado, em relações amorosas nas quais a relação seja perpassada pela violência os efeitos das interações sinérgicas e recíprocas podem desencadear efeitos de disfunção.

Em relação à função da violência, destaca-se o registrado em uma carta: “tô pegando um louco, ele tá no galpão tu crê. Ele é gente boa só surta tlgd eu gosto.” (tlgd significa “tá ligada”). A associação entre atração e violência é um aspecto marcante e foi mencionada várias vezes pelas adolescentes durante o banho de sol. A alta tolerância à violência faz com que a configuração de risco seja aumentada, pois o ciúme, o controle e a violência somente

são percebidos como problemáticos pelas adolescentes quando chegam a lesões físicas e ameaças de mortes. Elas explicaram que se sentem valorizadas quando o parceiro sente ciúmes, em especial, quando ele impõe sua força a outrem que tenha exibido interesse nelas.

Além da atração relatada ao comportamento violento masculino, durante a pesquisa, a violência foi citada como um mecanismo para aquecer a relação. As adolescentes relataram que muitas vezes a discussão serve para que elas possam desfrutar da reconciliação e, assim, não deixar o relacionamento cair na rotina. É possível, assim, inferir que alta tolerância à violência é força disruptiva a processos proximais que culminem em competências que interrompam sua manifestação e ascendência na relação amorosa.

Dentro do processo de pesquisa destacou-se o sentimento de empoderamento das adolescentes como uma força generativa que caracteriza a sua

pessoa, o qual pode ser uma base fundamental para a renegociação dos sentidos atribuídos ao relacionamento. Além disso, as expectativas a respeito do relacionamento podem também figurar como força generativa, pois as adolescentes relatavam o desejo por viver uma relação perpassada por experiências de cumplicidade, carinho, cuidado e respeito. As expectativas podem se configurar como uma dimensão motivadora para a modificação da relação ou sua transição para relações que não sejam abusivas. Em relação à promoção de recursos, a inexperiência em relacionamentos amorosos e a carência afetiva decorrente da condição de restrição da liberdade podem ser enfocadas em intervenções com vistas a estruturar novas características e habilidades. O mapeamento de forças, recursos e demandas que compõem o elemento pessoa da TBDH, permite a observação de fatores de risco e proteção os

quais substanciam a estruturação de uma intervenção preventiva.

Potencialidades e Desafios ao Atendimento Socioeducativo

A maioria das abordagens observadas, durante o período de permanência no campo de pesquisa que trataram a respeito da temática de violência em relacionamento amoroso, foi realizada pela equipe técnica de atendimento e era do tipo informacional, sendo necessário mencionar que este tipo de estratégia mostra-se menos eficaz no alcance da prevenção pretendida (Murta, Santos, Martins, & Oliveira, 2013). Algumas oficinas que foram realizadas por instituições parceiras da unidade (ONGs, OSCIPs e instituições de ensino superior e técnico), demonstraram romper com a natureza informacional das intervenções. As parcerias que firmavam termo de cooperação realizavam oficinas

semanalmente, aquelas que não firmavam, tinham atuação esporádica. Ainda assim, a temática violência em relacionamento íntimo não constava com regularidade dentre as temáticas tratadas.

No espaço das oficinas, foi possível reconhecer uma iniciativa microssistêmica, cuja organização dava condições de as adolescentes ativamente refletirem sobre sua trajetória de vida, a partir de símbolos partilhados pelo grupo. Destaca-se a importância da grupalidade e da horizontalidade nas relações como importantes elementos no *design* de intervenções psicossociais. Além disso, apesar da diretividade das propostas (que garante a progressiva complexificação do tema), a possibilidade de troca de experiências fortaleceu mecanismos importantes para a convivência entre as próprias adolescentes. Nesse sentido, esses momentos foram observados com potencial de ativação de processos proximais, tendo

como limitador a sua irregularidade na dimensão do microtempo.

O uso de estratégias primordialmente punitivas (as CAIs - Comissão de Avaliação Interdisciplinar que definem medidas disciplinares a comportamentos tidos como errados ao ambiente institucional) como estratégia para limitar a expressão de contato entre namorados (as) é um ponto para o qual não existia consenso dentro da unidade. Porém, a forma como a CAI é conduzida permite alta discricionariedade a respeito do que seria a ocorrência disciplinar envolvida, ou seja, não existe previsão clara de punição ao contato afetivo entre as adolescentes. Além disso, a aplicação da norma institucional a partir de mecanismo altamente hierárquico dificulta o processo reflexivo ativo da adolescente a respeito dos impactos daquele relacionamento em sua trajetória de vida. Soma-se a isso o fato de os direitos sexuais, apesar de estarem no rol de direitos humanos, ainda serem avaliados como

“regalias” (benefícios concedidos) dentro do cumprimento de medidas socioeducativas (Pereira, 2016). Esse quadro fica ainda mais grave quando se trata de sexualidade feminina, pois, tradicionalmente, existem diversas estratégias culturais para controle dessa dimensão da vida das adolescentes e mulheres (Saffioti, 2015).

O microsistema de uma unidade de internação deveria ser perpassado pela estruturação de atividades com vistas a promover o desenvolvimento, haja vista os dispositivos legais representá-la como estabelecimento educacional (Brasil, 1990). Os papéis designados às adolescentes, porém, são empobrecidos em virtude de a instituição tratá-las de modo altamente hierarquizado. Nesse sentido, existe um empobrecimento na capacidade protagônica das adolescentes em seu processo educativo, um aspecto contextual importante para a forma e a força que os

processos proximais vão ter dentro do contexto socioeducativo.

A principal interação integrante do mesossistema é Unidade de internação-família. A Unidade promoveu duas reuniões de famílias durante o período de pesquisa, às quais nenhum familiar de adolescente do sexo feminino compareceu. A equipe sempre evidencia que a família é um dos principais sistemas que necessita receber atenção especializada, porém, seu alcance é dificultado pela sobrecarga de tarefas da equipe técnica (às vezes burocráticas), a distância entre a unidade de internação e o local de residência das famílias das adolescentes, a fragilidade no diálogo com outras políticas públicas que já atendem a família e pelo enfraquecimento dos vínculos familiares. Uma das potencialidades observadas na medida socioeducativa é a possibilidade de mobilização e estruturação de intervenção com diversos atores (família, profissionais e rede), a qual tem maior potencial para

ativação dos processos proximais, entretanto, para tanto é necessário investimento e reorganização do atendimento prestado. O exossistema das adolescentes é composto por vários órgãos estatais em virtude de estarem inserida em um serviço de alta complexidade, cujas atribuições têm ações previstas com o público do atendimento socioeducativo, regulamentadas nos dispositivos legais, porém, a oferta dos serviços ainda é irregular (Brasil, 2012; Coscioni, Costa, Ros, & Koller, 2017).

Compreende-se o ECA e a Lei Sinase como importantes componentes do macrossistema, pois instituem um novo paradigma para o atendimento de adolescentes em conflito com a lei, e são propulsores de mudanças, dentre as quais a inauguração de novas unidades de atendimento com outros modelos arquitetônicos (Brasil, 1990; 2012). Por outro lado, as dinâmicas culturais ainda perpassadas por viés punitivo fazem com

que os diálogos institucionais vivam entre paradoxos de pensamentos progressistas e menorista. Além disso, conforme as estruturas de dominação e exploração em sua dimensão cultural (instituídas pelo patriarcado-capitalismo-racismo), associadas com perspectivas desqualificadoras do ser adolescente e também com o viés estigmatizante do envolvimento com ato infracional vão favorecer o desenvolvimento de um ambiente pouco propício à garantia de direitos das adolescentes (Coscioni, Costa, Ros, & Koller, 2017; Saffioti, 2015; Vilarins, 2016). Esse panorama interfere na sensibilidade institucional aos processos de violência que ocorrem dentro do cumprimento da MSE e transpassa a comunidade socioeducativa. A violência no namoro, assim, seria mais um integrante das múltiplas agressões sofridas pelas adolescentes e demanda sensibilidade para seu acesso e intencionalidade para seu enfrentamento.

Além disso, o projeto de vida tem sido descrito como uma importante dimensão do atendimento socioeducativo (Coscioni, Nascimento, Rosa, & Koller, 2018; Costa & Assis, 2006). Ao visitar uma sala de oficina durante a inserção ecológica, observou-se um grande cartaz com vários papéis constando possíveis componentes para o projeto de vida das adolescentes. Dentre esses, havia um registrando “eu quero um amor”, o que indica a importância da vida amorosa para as adolescentes no que concerne a vida após o cumprimento da medida socioeducativa de internação. A concretização do projeto de vida, porém, requer a garantia de ações estatais de acompanhamento e superação de fatores de risco do contexto no qual as adolescentes que cumprem medidas socioeducativas e suas famílias estavam inseridas (Vilarins, 2016).

Considerações Finais

O presente estudo permitiu compreender a dimensão da violência em relacionamentos amorosos em adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Dentre os fatores de risco encontrados na literatura para violência no namoro, foi possível identificar como presentes na história de vida das adolescentes: violência dos pais, baixo desempenho escolar, problemas no relacionamento com pais e pares, uso de drogas, papéis tradicionais masculinos/femininos, uso/abuso de álcool, estresse e baixo nível socioeconômico (Jennings, et al., 2017). Além disso, o relato de vitimização por violência em relacionamento amoroso anterior foi frequente e também se configura como fator de risco (Oliveira et al., 2014).

Ao se pensar em intervenções preventivas à violência no namoro, as características da medida socioeducativa facilitam o desenvolvimento de intervenções que enfoquem no contexto e com diferentes participantes (pais,

professores, adolescentes, equipe de acompanhamento). A cultura institucional permeada pela ênfase na segurança e com características sexistas, porém, são obstáculos a serem considerados no desenho da intervenção promotora de desenvolvimento (Kelly, Owen, Peralez-Dieckmann, & Martinez, 2007; Vinuto, Abreo, & Gonçalves, 2017). A partir dos dados coletados, avalia-se que abordagens grupais seriam indicadas, principalmente a partir de metodologias ativas de educação em saúde (tal qual a Educação de Pares) (Kelly et al., 2007).

O levantamento de fatores de risco e proteção, fase fundamental para a estruturação de uma intervenção preventiva, e seu dimensionamento exclusivamente no nível individual é um risco para a individualização de problemas com vários marcadores socioculturais. Assim, para a superação dos fatores de risco e potencialização dos fatores de proteção, é fundamental que, além das intervenções no

contexto socioeducativo, outros serviços e programas sejam acionados com vistas a proteger a população atendida. O fortalecimento das políticas públicas, portanto, é uma frente fundamental para o enriquecimento do mesossistema e para o desenvolvimento de papéis e interações que promovam processos proximais.

O estudo realizado a partir da teoria bioecológica permitiu compreender a violência a partir de um viés complexo da interação sinérgica dos vários componentes do modelo teórico. Nesse sentido, destacaram-se aspectos culturais das representações dos papéis de gênero com base patriarcal como dimensão estruturante dos fenômenos do microcontexto de existência da adolescente privada de liberdade e de sua família. A cultura patriarcal, entretanto, é um componente macrocontextual que impacta várias dimensões da vida de meninas, adolescentes e mulheres e necessita ser analisada de modo transversal nas políticas

públicas, inclusive, na socioeducação. A equidade das relações de gênero no alcance de direitos sexuais e reprodutivos é uma pauta fundamental para promoção de uma vida afetiva e sexual com liberdade, autonomia e sem experiência de vitimização por violência.

É importante que as relações amorosas possam ser compreendidas a partir de lentes sensíveis às desigualdades das relações de gênero, a fim de facilitar a tomada de consciência a respeito da reprodução de vetores da violência. Avalia-se ainda que temáticas relacionadas à sororidade são fundamentais para que as intervenções possam ter o efeito de prevenção pretendido, haja vista a possibilidade de as adolescentes se tornarem fortalecedoras entre si de novas habilidades e competências relacionais. A sororidade, portanto, não figuraria somente como um conjunto de informações, mas de momentos que viabilizem a empatia, a irmandade, a solidariedade entre

adolescentes os quais podem impulsionar reivindicações e processos de resistência ao sistema patriarcal nas diversas manifestações que elas observassem.

Como limitação mais importante desse estudo, consta o fato da coleta e análise dos dados terem sido realizadas por um homem, sendo que pode fugir à sua capacidade interpretativa indicadores dos sistemas opressivos que atuam sobre as mulheres. Por outro lado, a inserção ecológica foi fundamental para que as interpretações realizadas pudessem estar de acordo com as percepções das adolescentes que cumprem MSE, ganhando-se em validade ecológica do conhecimento adquirido. Uma agenda de pesquisa futura poderia focar os relacionamentos amorosos após o período de cumprimento da medida socioeducativa, avaliando prevalência de violência e outros impactos no desenvolvimento psicossocial das egressas. Além disso, a baixa incidência de violência interparental pode se relacionar à

subnotificação constante nos documentos técnicos, sendo importante o aprofundamento desta temática, haja vista sua relação com a experiência de vitimização por violência em relacionamentos íntimos.

Referências

- Assis, S., & Constantino, P. (2001). *Filhas do mundo: infração feminina no Rio de Janeiro, Brasil*: Fiocruz. Recuperado de: <http://books.scielo.org/id/vjcdj>
- Backman, H., Laajasalo, T., Jokela, M., & Aronen, E. (2018). Interpersonal relationships as protective and risk factors for psychopathy: a follow-up study in adolescent offenders. *Journal of youth adolescence*, 47, 1022-1036. DOI: <http://doi.org/10.1007/s10964-017-0745-x>.
- Barcinski, M. (2012). Expressões da homossexualidade feminina no encarceramento: o significado de se "transformar em homem" na prisão. *Psico-USF*, 17(3), 437-446. Recuperado de: <https://www.scielo.br/pdf/pusf/v17n3/10.pdf>
- Borges, L., & Barletta, J. (2015). Teorias e modelos explicativos em prevenção e promoção da saúde orientados para o indivíduo e para a comunidade. In: S. Murta, C. Leandro-França, K. Santos, & L. Polejack, *Prevenção e Promoção em Saúde Mental: Fundamentos, Planejamento e Estratégias de Intervenção* (pp. 113-149). Nova Hamburgo, Brasil: Sinopsys.
- Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Lei nº 8.069/1990. Presidência da República. Publicada no DOU de 16.07.1990, seção 1. 2002. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative research in psychology*, 77-101. doi:<https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>.
- Bronfenbrenner, U., & Ceci, S. (1994). Nature-nurture reconceptualized in developmental perspective: a bioecological model. *Psychological Review*, 568-586. Recuperado de: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/7984707/>
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. (2006). The bioecological model of human development. In: R. Lerner, & W. Damon, *Handbook of child psychology: theoretical models of human development* (pp 793-828). New Jersey, United States: John Wiley & Sons.
- Buttar, A., Clements-Nolle, K., Haas, J., & Reese, F. (2013). Dating violence, psychological distress, and attempted suicide among female adolescents in the juvenile justice system. *Journal of correctional health care*, 19(2), 101-112 DOI: <https://www.liebertpub.com/doi/10.1177/1078345812474639>.
- Cecconelo, A., Koller, S., & Raffaelli, M. (2016). Inserção Ecológica na pesquisa sobre trajetória de vida de adolescentes em situação de vulnerabilidade social: identificando fatores de risco e proteção. In: S. Koller, N. Morais, & S. Paludo, *Inserção Ecológica: um*

- método de estudo do desenvolvimento humano* (pp. 67 - 94). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Coscioni, V., Costa, L., Rosa, E., & Koller, S. (2017). O cumprimento da medida socioeducativa de internação no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. *PSICO*, 3, 231-242. doi: <https://doi.org/10.15448//1980-8623.2017.3.24920>
- Coscioni, V., Nascimento, D., Rosa, E., & Koller, S. (2018). Pressupostos teórico-metodológicos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano: uma pesquisa com adolescentes em medida socioeducativa. *Psicologia USP*, 29 (1), 363-373. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/0103-656420170115>.
- Costa, B., & Costa, L. (2015). Relação afetivo-sexual e violência em adolescentes que cometeram abuso sexual. In: S. Murta, J. Bucher-Maluschke, & G. Diniz, *Violência no namoro: estudos, prevenção e psicoterapia* (pp 141-155). Curitiba: Appris.
- Costa, C., & Assis, S. (2006). Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. *Psicologia & Sociedade*, 18(3), 74-81. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000300011>.
- Costa, C., Tavares, E., Vieira, T., & Silva, I. (2015). O "lugar" da violência e do cuidado nas relações amorosas segundo adolescentes autores de atos infracionais: paradoxos em foco. In: S. Murta, J. Bucher-Maluschke, & G. Diniz, *Violência no namoro: estudos, prevenção e psicoterapia* (227-248). Curitiba: Appris.
- Diniz, D. (2017). *Meninas fora da lei: a medida socioeducativa de internação no Distrito Federal*. Brasília: Letras Livres.
- Giordano, P. (2003). Relationships in Adolescence. *Annual review of sociology*, 29, 257-281 doi: <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.29.010202.100047>.
- Herrera, V., Wiersma, J., & Cleveland, H. (2010). Romantic partner's contribution to the continuity of male and female delinquent and violent behavior. *Journal of research on adolescence*, 608-618. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1532-7795.2010.00693.x>
- Javdani, S., Sadeh, N., & Verona, E. (2011). Expanding our lens: female pathways to antisocial behavior in adolescence and adulthood. *Clinical Psychology Review*, 31., 1324-1348. DOI: [10.1016/j.cpr.2011.09.002](https://doi.org/10.1016/j.cpr.2011.09.002)
- Jennings, W., Okeem, C., Piquero, A., Sellers, C., Theibald, D., & Farrington, D. (2017). Dating and intimate partner violence among young persons ages 15-30: Evidence from a systematic review. *Aggression and Violent Behavior*. 33., 107-125. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.avb.2017.01.007>
- Kelly, P., Owen, S., Peralez-Dieckmann, E., & Martinez, E. (2007). Health interventions with girls in the juvenil justice system. *Women's health issues*, 227-236. DOI: [10.1016/j.whi.2007.03.005](https://doi.org/10.1016/j.whi.2007.03.005)
- Lei Sinase (2012). Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Presidência da República. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Sócio Educativo (SINASE) regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_0

- [3/ ato2011-2014/2012/lei/112594.htm](http://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf)
- Lordello, S., & Costa, L. (2015). Quando o príncipe vira sapo: identificando os sinais da transformação. In: S. Murta, J. Bucher-Maluschke, & G. Diniz, *Violência no namoro: estudos, prevenção e psicoterapia* (pp 43-52). Curitiba: A.ris.
- Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (2019). *Levantamento anual SINASE 2017*. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos. Recuperado de: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf>
- McClure, M., & Parmenter, M. (2017). Childhood Trauma, Trait Anxiety, and Anxious Attachment as predictors of Intimate Partner Violence in College Students. *Journal of Interpersonal Violence*, 00(0), 1-16. doi: [10.1177/0886260517721894](https://doi.org/10.1177/0886260517721894)
- Morais, C., Borba, A., & Koller, S. (2016). O uso do diário de campo no processo de inserção ecológica. In: S. Koller, N. Morais, & S. Paludo, *Inserção Ecológica: um método de estudo do desenvolvimento humano* (299-320). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Murta, S., Santos, B., Martins, C., & Oliveira, B. (2013). Prevenção primária à violência no namoro: uma revisão de literatura. *Contextos Clínicos*, 6 (2), 117-131. doi: <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2013.62.05>
- Neto, N., Constantino, P., & Assis, S. (2017). Análise bibliográfica da produção em saúde sobre adolescentes cumprindo medidas socioeducativas de privação de liberdade. *Physis*, 511-540. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312017000300008>
- Oliveira, Q., Assis, S., Njaine, K., & Oliveira, R. (2011). Violência nas relações afetivo-sexuais. In: C. Minayo, S. Assis, & K. Njaine, *Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do "ficar" entre jovens brasileiros* (pp. 87-141). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Oliveira, Q., Assis, S., Njaine, K., & Pires, T. (2014). Namoro na adolescência no Brasil: circularidade da violência psicológica nos diferentes contextos relacionais. *Ciência e saúde coletiva*. 19(3), 707-718. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014193.19052013>.
- Pereira, I. (2016). Adolescentes e o exercício da sexualidade: uma análise no espaço de privação de liberdade. *Aracê - Direitos Humanos em Revista*, 3 (4), 30-44. Recuperado de: <https://arace.emnuvens.com.br/arace/article/view/100>
- Saffioti, H. (2015). *Gênero, Patriarcado e Violência*. São Paulo: Perseu Abramo.
- Scott, J., Prola, C., Siqueira, A., & Pereira, C. (2018). O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. *Psicologia em Revista*, 24 (2). 600-615. doi: <http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2018v24n2p600-615>
- Tudge, J. (2016). Prefácio. In: S. Koller, N. Morais, & S. Paulo, *Inserção Ecológica: um método de estudo do desenvolvimento humano* (7-14). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Vilarins, N. (2016). *Meninas de Santa Maria: a precarização da vida na medida socioeducativa de internação* (Tese de Doutorado). Programa de Pós Graduação em

Política Social Universidade de Brasília - UnB). Brasília. Acesso em 26 de Março de 2018, disponível em Repositório Institucional da UnB: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22509/1/2016_Nat%C3%A1liaPereiraGon%C3%A7alvesVilarins.pdf

Vinuto, J., Abreo, L., & Gonçalves, H. (2017). No fio da navalha: efeitos da masculinidade e virilidade no trabalho de agentes socioeducativos. *PLURAL*, 54-77. Recuperado de: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/126635/133152>

William Gualberto Gonçalves de Souza é servidor do sistema socioeducativo pela Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal e Mestre em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília

Email: william.psi.88@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2047-6324>

Silvia Renata Magalhães Lordello é psicóloga e pedagoga pela Universidade de Brasília. Doutora em Psicologia Clínica e Cultura. Mestre em Psicologia do Desenvolvimento. Docente do Departamento de Psicologia Clínica e orientadora no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília.

Email: srmlordello@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8287-7257>

Sheila Giardini Murta Mestre em Psicologia do Desenvolvimento. Doutora em Psicologia Social e do Trabalho. Pós doutora pela UFSCar; University of Maastricht, Holanda; e Oxford Brookes University, Reino Unido. Docente do Departamento de Psicologia Clínica e orientadora no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília.

Email: giardini@unb.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5515-5219>

1ª avaliação: 02/06/2021

Aceite: 12/07/2021

Submissão: 23/03/2021